Rio Alto STL Holding I S.A.

CNPJ nº 35.516.163/0001-06

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2021

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2021 - *(Em reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	235	36.567.087
Fianças bancárias		-	19.638
Adiantamentos a fornecedores			1.072.027
Despesas do exercício seguinte	5	-	604.271
Impostos a compensar		-	8.275
		235	**38.271.298**
Não Circulante			
Contratos de mútuos	6	-	3.855.189
Imobilizado	7	-	12.253.941
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	2.105.500	-
Investimentos	9	44.663.358	-
		46.768.858	**16.109.130**
Total do ativo		**46.769.093**	**54.380.428**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021
Circulante			
Fornecedores	10	-	2.586.303
Obrigações tributárias a recolher	11	3	560.537
		3	3.146.840
Não Circulante			
Contratos de mútuos	**6**	**172**	**4.464.670**
Patrimônio líquido			
Capital	12	48.000.000	48.000.000
Capital a integralizar		(894.000)	(894.000)
Prejuízos acumulados		(337.082)	(337.082)
		46.768.918	**46.768.918**
Total do passivo e patrimônio líquido		**46.769.093**	**54.380.428**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado 31 de dezembro de 2021 - *(Em reais)*

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	-	-
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(172)	(1.261.833)
Resultado de equivalência patrimonial	(336.642)	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(336.814)	(1.261.833)
Receitas financeiras	-	1.104.821
Despesas financeiras	(268)	(180.070)
	(268)	924.751
Prejuízo líquido do exercício	(337.082)	(337.082)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2021 - *(Em reais)*

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da empresa 18 de janeiro de 2021				
Subscrição de capital	100.000	-	-	100.000
Aumento de capital (1º alteração contratual)	44.900.000	-	-	44.900.000
Subscrição de capital (2º alteração contratual)	3.000.000	(894.000)	-	2.106.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(337.082)	(337.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**48.000.000**	**(894.000)**	**(337.082)**	**46.768.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do Fluxo de Caixa 31 de dezembro de 2021 *(Em reais)*

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(337.082)	(337.082)
Pelas atividades operacionais		
Depreciações	-	115.150
Equivalência Patrimonial	336.642	-
	336.642	**115.150**
Aumento líquido (redução) das contas de ativos e passivos operacionais		
Fianças bancárias		
Despesas do exercício seguinte	-	(19.638)
Impostos a recuperar	-	(604.271)
Contratos de mútuos	-	(8.275)
Fornecedores	-	(3.855.189)
Obrigações tributárias a recolher	3	2.586.303
Adiantamentos para aumento de Capital	(2.105.500)	560.537
	(2.105.497)	**(1.340.533)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(105.937)**	**1.562.485**
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades		
operacionais	(2.105.937)	1.562.465
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(13.441.118)
Investimentos	(45.000.000)	-
Fluxo de caixa utilizado na atividade de investimentos	**(45.000.000)**	**(13.441.118)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratos de mútuos	172	4.464.670
Adiantamentos para futuro aumento de capital	47.106.000	47.106.000
	47.106.172	**51.570.670**
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**2.106.172**	**38.129.552**
Aumento líquido de caixa equivalente de caixa	**235**	**36.567.087**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	235	36.567.087
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**235**	**36.567.087**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro 2021 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras *(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Rio Alto STL Holding I Ltda., foi constituída em 18 de janeiro de 2021, com o objetivo social a atividade econômica de Holdings de Instituições não financeiras, com sede na Fazenda Rancho do Tapuio, s/n, Zona Rural, Santa Luzia-Estado da Paraíba. Em 07 de dezembro de 2021, mediante 2ª Alteração de Contrato Social e Ata de Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Empresária em Sociedade Anônima, passou a denominar-se Rio Alto STL Holding I S.A., que tem como controladores a Rio Alto Energias Renováveis S.A. com 99,99% do capital e Rafael Sanchez Brandão com 0,01 %. O Grupo Rio Alto é responsável por todo o desenvolvimento e execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2021 os seguintes empreendimentos, estavam devidamente autorizados à sua implantação:

	Autorização da ANEEL Número	Prazo
Rio Alto STL I Geração de Energia Ltda.	10.597	35 anos
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	10.598	35 anos
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	10.599	35 anos
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	10.600	35 anos
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	10.616	35 anos
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	10.614	35 anos
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	10.615	35 anos

Todos em empreendimentos localizados no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba (Fazenda Tapuio), individualmente, terão capacidade de energia instalada de 57,00 MWp e geração (garantia física média) de 16,46 MWm cuja construção, manutenção e operação serão de responsabilidade do Grupo Rio Alto. Estão sendo mantidos contatos junto ao parceiro ENEL trading S.A. para contratação durante o exercício de 2022 da compra da energia produzida pelos referidos empreendimentos, assim como a obtenção de contratos de financiamentos junto a instituições financeiras para o soerguimento dos projetos. As terras a serem utilizadas para implantação dos empreendimentos foram arrendadas de terceiros em nome da Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Bases de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado" foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações pronunciamentos interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em reunião em 04 de agosto de 2022. **2.2. Declaração de conformidade (com relação às normas International Financial Reporting Standards-IFRS e às normas do Comité de Pronunciamentos Contábeis-CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.3. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 e Deliberação CVM nº 727/14 com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem ás utilizadas na gestão do negócio. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (RS), moeda do ambiente económico no qual a Companhia atua sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração **2.6. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2021, as participações nas controladas se apresentam da seguinte forma:

Controladas	Data base das demonstrações financeiras	Participação em 31.12.2021(%)	Segmento
Río Alto STL I Geração de Energia Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto UFV STL VSPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica
Rio Alto UFV STL IXSPE Ltda.	31/12/2021	99	Usina solar fotovoltaica

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: • eliminação do patrimônio líquido das controladas, • eliminação do resultado de equivalência patrimonial, e • eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora. **2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **2.7.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias económicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil liquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil liquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo a maior entre o valor em uso e o valor liquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo liquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa e equivalente de caixa aos quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo e reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal Indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (liquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2021 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **2.7.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.7.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado com a utilização de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. **2.7.4 Ativo imobilizado e intangível:** O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativas dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão quando uma desvalorização e identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como, o momento e o montante esperado desta São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstancias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Apuração de resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A demonstração de resultado do exercício de 2021, refere-se ao período de 18 de janeiro de 2021 a 31 dezembro de 2021. **3.2. Imposto de renda e contribuição social-correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente, em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no património líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Os impostos são apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a receita. As alíquotas de imposto de renda são de 15% acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$ 60.000 trimestrais a contribuição social é calculada a alíquota de 9%. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.4. Imobilizado Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado da Companhia e representado, majoritariamente pelas obras em andamento das usinas fotovoltaicas. Estes gastos são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Todos os gastos envolvidos nas construções de acordo com orçamentos definidos pela área de engenharia são capitalizados como custo do imobilizado. O custo de transação empréstimos relacionados as obras em andamento também são capitalizadas como ative fixo, de acordo com o pronunciamento CPC 20-Custos de Empréstimos. Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos resultado do exercício. **Custos Subsequentes:** São capitalizados apenas quando e provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos Itens A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato a não ser que seja razoavelmente certo que as Empresas obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. **3.6. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração analisa anualmente se existem evidencias de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre; (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso continuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (impairment). A administração avalia periodicamente seus ativos frente a possibilidade de impairment, e até a data de encerramento das demonstrações financeiras não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, una vez que seu imobilizado está em construção. **Arrendamentos:** A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terras referente as fazendas aonde as construções das usinas fotovoltaicas estão ocorrendo. A Companhia como arrendatária A Companhia avalia, na data de início do contrato se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direto de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de usa são mensurados ao custo deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso e idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer Incentivos de arrendamento a receber pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **Passivos de arrendamento:** Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. **3.7. Investimentos:** Na elaboração de suas demonstrações financeiras, a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto por meio do método de equivalência patrimonial. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingencias referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingencia/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso económico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC"):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 641, de 7 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)-Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC. **3.11. Resultado por quota ou ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro ou prejuízo por ações a cotas utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Banco conta movimento	235	36.567.087

5. Despesas do exercício seguinte:

	Consolidado 2021
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	302.135
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	302.136
	604.271

Refere-se a prêmio de seguro pago antecipadamente referente as apólices de seguro de risco operacional e responsabilidade civil necessários para implantação do empreendimento. Os valores são apropriados nas contas de despesas, mensamente, em função da vigência das apólices.

6. Contratos de Mútuo

	Controladora 2021		Consolidado 2021	
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
	-	-	-	1.086.382
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	-	-	-	1.220.460
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	-	-	-	1.158.846
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	-	-	-	770.721
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	-	-	1.012.019	110.009
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	-	-	759.370	95.203
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	-	-	2.083.800	22.877
Rio Alto Energias Renováveis S.A.	-	172	-	172
	-	**172**	**3.855.189**	**4.464.670**

As transações de mútuo entre empresas do Grupo, estão sujeitas a incidência Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

7. Imobilizado:

	2021 - Consolidado Custo histórico	Depreciação acumulada	Total
Río Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	1.806.401	(21.200)	1.785.201
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	1.806.400	(21.200)	1.785.200
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	2.044.234	-	2.044.234
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	824.517	-	824.517
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	1.832.188	(20.250)	1.811.938
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	2.050.317	(26.250)	2.024.067
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	2.005.034	(26.250)	1.978.784
	12.369.091	**(115.150)**	**12.253.941**

8. Adiantamentos para futuro aumento de Capital:

	Consolidado 2021
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	985.000
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	848.500
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	272.000
	2.105.500

Valores referentes adiantamentos para futuro aumento de Capital a serem capitalizados no decorrer do exercício de 2022.

9. Investimentos

	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Controladora-2021 Saldo em 31.12.2021
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	-	(225.507)	(225.507)
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	-	(287.057)	(287.057)
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	-	(338.036)	(338.036)
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.		(52.504)	(52.504)
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	15.000.000	199.002	15.199.002
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	15.000.000	146.508	15.146.507
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	15.000.000	220.952	15.220.952
	45.000.000	**(336.642)**	**44.663.358**

10. Fornecedores:

	Consolidado 2021
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	176.396
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	804.436
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	1.559.984
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	11.485
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	11.642
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	11.165
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	11.195
	2.586.303

11. Obrigações tributárias a recolher

	Consolidado 2021
Rio Alto STL I Geração de Energia SPE Ltda.	66.462
Rio Alto STL II Geração de Energia SPE Ltda.	119.660
Rio Alto UFV STL III SPE Ltda.	118.456
Rio Alto STL IV Geração de Energia SPE Ltda.	95.180
Rio Alto UFV STL V SPE Ltda.	52.125
Rio Alto STL. VII Geração de Energia SPE Ltda.	55.809
Rio Alto UFV STL IX SPE Ltda.	52.845
	560.537

12. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia é de R$ 48.000.000, dividido em 84.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, das quais R$ 47.106.000 totalmente subscrito e integralizado e R$ 894.000 a integralizar em um período de doze meses até dezembro de 2022, sendo composto da seguinte forma:

	Quantidade de Ações	Valores em R$	Percentual %
Rio Alto Energias Renováveis S.A.	47.999.999	47.999.999	99,99
Rafael Sanches Brandão	1	1	0,01
	48.000.000	**48.000.000**	**100**

13. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46-Mensuração do Valor Justo: Nível 1-preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2-preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3-ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (a) Risco de taxas de juros-A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do IPCA e do CDI. (b) Risco de taxa de câmbio - As construções das usinas solares f